



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Uma nova batalha para o Buriti

O Palácio do Buriti recebeu com apreensão a proposta do governo federal de alteração do cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). O cenário promete ser igual ao do ano passado, quando Ibaneis Rocha (MDB) e, sobretudo, Celina Leão (PP) precisaram mobilizar o Congresso Nacional para preservar a manutenção do FCDF.

Deputados federais e senadores do DF já garantiram apoio ao governador, caso o Ministério da Fazenda encaminhe o projeto ao Legislativo. A mobilização também inclui parlamentares distritais, embora sua influência esteja restrita aos poderes locais, dada a natureza do debate no Congresso. No entanto, todos os distritais de esquerda rejeitam a ideia do governo federal.

"Acho um equívoco a mudança do FCDF. Ele não pode ser equiparado com outros fundos. Têm natureza diferente. Mas, ao mesmo tempo, não dá para aceitar a tentativa do GDF de, agora, tentar fazer uma disputa rasa sobre o tema. No ano passado, foi um deputado do partido da vice-governadora que quis mudar a

Divulgação



regra", analisou Gabriel Magno (PT), à coluna.

O líder do governo, Robério Negreiros (PSD), criticou a iniciativa do governo federal que, segundo ele, afronta Brasília e prejudica seu funcionamento. "Todos sabem que nossa cidade tem uma responsabilidade única por ser sede dos Três Poderes, além de abrigar representações diplomáticas, deputados federais e senadores durante a semana de trabalhos no Congresso. Sem contar o próprio ministro da Fazenda, que anunciou essa proposta", declarou.

Emenda em favor de feirantes e quiosqueiros

Os distritais da bancada do PT conseguiram aprovar uma emenda ao projeto do Executivo que prevê a redução do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). A medida assegura justiça fiscal a feirantes e permissionários de quiosques do Distrito Federal.

A emenda concede remissão e anistia de débitos relacionados à ocupação de espaços públicos até 31 de dezembro de 2023. O projeto, agora, aguarda sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB), que deve confirmá-lo na próxima semana.



Força Aérea Brasileira / Isac Nobrega/PR

Nada de golpe

No relatório final da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe de Estado atribuída a integrantes do governo federal anterior, destacou-se o papel de dois membros das Forças Armadas: o tenente-brigadeiro Carlos Almeida Baptista Júnior, da Aeronáutica, e o general Freire Gomes, do Exército. Segundo a PF, o propósito antidemocrático não avançou devido à resistência desses oficiais às pressões externas.

Por isso, a Câmara Legislativa (CLDF) aprovou uma moção de louvor a ambos os militares, proposta pelo deputado Ricardo Vale (PT). Para o parlamentar, o gesto reconhece a postura firme contra a articulação golpista, supostamente liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Considerando o ambiente e o caldo golpista que estava formado, foi um ato de grande coragem do coronel e do brigadeiro. Na minha visão, os dois mantiveram firme o compromisso com a democracia", avaliou Vale.

IA do MP recebe reconhecimento nacional

A ferramenta de inteligência artificial "Luminaria", desenvolvida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), conquistou o segundo lugar no prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A plataforma auxilia membros e servidores do MPDFT na tramitação de processos, analisando documentos e sugerindo manifestações. Futuramente, espera-se que essa tecnologia seja capaz, até, de propor denúncias judiciais.

"A premiação é o reconhecimento de um amplo trabalho que envolve investimentos em tecnologia e conhecimento no uso da ciência de dados e da inteligência artificial no aprimoramento das atividades do Ministério Público. A sociedade é a maior beneficiada, uma vez que imprimimos agilidade no trâmite dos processos", comentou o procurador-geral Georges Seigneur.

Spoiler sobre novo presidente?

Durante a análise das contas de 2023 do Governo do Distrito Federal, ontem, o presidente do Tribunal de Contas (TCDF), Márcio Michel, indicou que o conselheiro Manoel de Andrade, o Manoelzinho do Táxi, deverá ser o próximo presidente da Corte. "Decano desta Casa e futuro presidente. Deixa eu fazer o merchandising para você", brincou Michel.

Manoelzinho respondeu, com modéstia, afirmando que prefere aguardar o pleito, previsto para 11 de dezembro, quando será definido o comando do biênio 2025-2026. Questionado pela coluna, ele desconversou: "Estão dizendo (que serei presidente) por aí, amigo", limitou-se a dizer, em tom descontraído.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Golpistas ainda sonham com anistia

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou mais 14 pessoas, na última segunda-feira, por incitação aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro do ano passado. Desde o início dos inquéritos, 298 foram condenados, sendo 229 executores e 69 incitadores. Mas um fato inusitado chama atenção: os réus recusaram-se a assinar o acordo de não persecução penal (ANPP) oferecido pelo Ministério Público Federal (MPF), que encerraria os processos sem condenação.

A negativa foi interpretada pelo presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, como uma postura ideológica. Em setembro, Barroso chegou a comentar que tal decisão poderia indicar uma escolha consciente de permanecer preso ou ser condenado, em vez de aceitar um acordo considerado razoável. Vale ressaltar que existia a discussão de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede anistia aos sentenciados do 8/1, mas foi "enterrada" com o relatório final da Polícia Federal. Por outro lado, quase 500 desses detentos aceitaram os termos do ANPP.

Acompanhe a cobertura da política local com @pgiovannic

GASTOS PÚBLICOS/ Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) aceita, com ressalvas, relatório contábil do Executivo local relativo a 2023. Corte apontou necessidade de melhorias em áreas, como saúde, educação e apoio a mulheres e meio ambiente

GDF tem contas aprovadas

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) aprovou, com ressalvas — durante sessão especial realizada ontem —, as contas do Governo do Distrito Federal (GDF) relativas a 2023. No total, o TCDF registrou 27 ponderações, além de apresentar 25 determinações e quatro recomendações relacionadas à contabilidade do primeiro ano no segundo mandato do governador Ibaneis Rocha. O relatório anterior, referente às finanças públicas locais em 2022, também foi aceito, mas com um total de 15 ressalvas e uma determinação. Segundo as informações passadas pelo GDF ao TCDF, a arrecadação total, em 2023, foi de R\$ 60,1 bilhões, enquanto as despesas, R\$ 57,7 bilhões, resultando em um superávit orçamentário de R\$ 2,4 bilhões. Em comparação a 2022, o recolhimento tributário subiu 19% e as despesas se elevaram 14,1%. Esses crescimentos foram impulsionados, principalmente, pelo aumento dos recursos vindos do Fundo Constitucional do DF, que passaram de R\$ 16,3 bilhões em 2022, para R\$ 23 bilhões, um crescimento de 41,4% nos valores repassados pela União.

A Corte, por sua vez, fez ponderações sobre dados passados pe-

lo Palácio do Buriti, como os que têm a ver com gastos sem cobertura contratual, que totalizaram R\$ 145,4 milhões. O GDF em seu relatório, indicou uma diminuição de 52,3%, nesses compromissos, em comparação a 2022. Entretanto, o TCDF ponderou que essa queda, na verdade, deveu-se à regularização dos contratos de serviços prestados ao Estado, como vigilância e limpeza.

A melhorar

No setor de obras públicas, por outro lado, o tribunal enfatizou a necessidade de maior transparência e aprimoramento nos sistemas de gestão. Ao todo, foram executados 441 projetos, dos quais 249 foram concluídos, 172 permanecem em andamento e 20 estão suspensos ou paralisados. Apesar dos avanços no volume de investimentos e no número de execuções, o monitoramento realizado pelo Sistema de Acompanhamento de Obras Públicas do GDF (conhecido como Infobras) revelou deficiências, segundo a instituição.

No que diz respeito às Parcerias Público Privadas (PPPs), o TCDF reiterou a necessidade de melhorar a clareza e publicação das informações relacionadas a essas ações, tanto para as con-

Ascom/TCDF



Conselheiro André Clemente, relator: "É preciso aperfeiçoar a gestão e gastar melhor os recursos"

tratadas quanto para as que estão em fase de negociação. Na área da saúde, as auditorias do órgão identificaram problemas, como gestão ineficiente, infraestrutura inadequada nas Unidades Básicas de Saúde, e uma fila de espera para realização de exames com mais de 21.500. Na educação, foram verificadas deficiências na correção do déficit de aprendizagem, má gestão de vagas, assim como carência, nas escolas públicas, de segurança e

de estrutura (em refeitórios e em acessibilidade).

O TCDF chamou atenção, na área ambiental, para o gerenciamento de resíduos sólidos, especialmente os da construção civil, por supostas deficiências nesse trabalho. E quanto à proteção da fauna, considerou que deve haver melhorias no Zoológico de Brasília, tanto em infraestrutura quanto na compra de equipamentos.

"É preciso aperfeiçoar a gestão e gastar melhor os recursos de fun-

fatizou que deve haver um planejamento adequado. Segundo seus auditores, áreas como segurança, saúde, emprego e renda para benefício do público feminino não estão atuando como se esperaria.

Orientações

De modo geral, o TCDF estabeleceu que o GDF adote as providências necessárias para solucionar as ressalvas apontadas no Relatório Analítico e Parecer Prévio (RAPP) das Contas do Governo de 2023. Entre as principais medidas, destacam-se a necessidade de aprimorar o planejamento governamental, alinhando previsões, metas e indicadores à realidade, e de aumentar a transparência na divulgação de informações sobre renúncias fiscais, benefícios tributários e o andamento das obras públicas.

A Corte também reforçou a importância de reduzir os gastos sem cobertura contratual, melhorar a cobrança da dívida ativa e corrigir divergências nos valores de precatórios. Além disso, foram recomendadas ações para fortalecer a gestão e a implementação de políticas públicas em áreas prioritárias como saúde, educação, cultura, assistência social, proteção animal, meio ambiente e políticas voltadas para as mulheres.